

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.345 - SP (2019/0010509-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **S F DA S**  
**ADVOGADOS** : **JOSÉ LOURENÇO - SP102984**  
: **LEANDRO MANOEL OLIVEIRA LOURENÇO - SP242362**  
**AGRAVADO** : **M G**  
**ADVOGADO** : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por S F DA S contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

Agravo de Instrumento. Ação de reconhecimento e dissolução de união estável, partilha de bens, anulação de instrumento particular cc. pedido cautelar de arrolamento de bens.

Gratuidade da Justiça. Pessoa física. Indeferimento. Presunção de hipossuficiência da alegação afastada pelas provas juntadas aos autos.

Inteligência dos artigos 99, §§2º e 3º, CPC/2015.

Recurso não provido.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 98, §§ 5º e 6º, do CPC de 2015. Defende fazer jus ao benefício da justiça gratuita ou ao parcelamento das custas.

É o relatório. DECIDO.

2. O Superior Tribunal de Justiça entende que é relativa a presunção de hipossuficiência oriunda da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita, sendo possível a exigência, pelo magistrado, da devida comprovação (AgRg no AREsp 815.190/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/04/2016, DJe 25/05/2016).

Com efeito, o pedido de assistência judiciária gratuita pode ser indeferido quando o magistrado tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado. (AgRg no Ag 881.512/RJ, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 02/12/2008, DJe 18/12/2008).

No caso em comento, o pedido de gratuidade de justiça foi indeferido na origem, decisão essa mantida em sede de agravo de instrumento. Confira-se trecho do acórdão recorrido nesse sentido:

Inicialmente, anote-se que, tendo em vista expressa previsão legal, presume-se verdadeira a alegação de hipossuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural, conforme art. 99, § 3º, CPC/2015. No entanto, o § 2º do mesmo dispositivo legal dispõe que o pedido de concessão do benefício poderá ser negado, se os elementos dos autos evidenciarem a falta dos pressupostos para sua concessão.

Esse é o caso dos autos. A agravante afirma que recebe a quantia de

R\$6.612,50 do agravado, em decorrência de instrumento particular firmado. Além disso, possui a guarda do filho do casal (fls. 18), ao qual foram fixados alimentos provisórios em oito salários mínimos.

Assim sendo, os rendimentos mensais da agravante não indicam condição de hipossuficiente, notadamente porque são superiores àqueles que podem ser atendidos pela Defensoria Pública. Seus rendimentos são superiores às da média da população nacional.

Pertinente consignar que a agravante possui curso superior completo, conforme declaração contida no B.O. de fls. 55, e a noticiada condição de desemprego é sempre transitória.

Em suma, os elementos dos autos indicam que não haverá prejuízo à subsistência do agravante com o pagamento das custas e despesas processuais.

A decisão não merece reparo.

O pedido de parcelamento das custas também foi indeferido, nos seguintes termos (fl. 377):

Todas as questões relevantes para a solução do litígio foram devidamente analisadas e resolvidas justificadamente.

Pleiteia a autora (ora embargante) o exame de um dos pedidos feitos em Agravo de Instrumento, qual seja, como anteriormente citado, o de parcelamento das custas processuais, o qual sugere que seja de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais. Diversamente, o requerimento foi analisado, uma vez que a decisão embargada foi clara ao justificar que a autora não se enquadra na condição de hipossuficiente, como bem destacado no trecho acima. Consequentemente, considera-se que também o pedido de parcelamento foi negado.

Na verdade, estes são embargos declaratórios apresentados e que teimam em buscar rediscutir o conteúdo do Acórdão proferido. Ou seja, nada existe a ser declarado. Incabível nesta sede a rediscussão de matéria superada e devidamente enfrentada, frisa-se.

Assim, a convicção formada pela Corte local, ao manter a decisão que indeferiu o benefício da gratuidade de justiça à pessoa física, decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

Ademais, observa-se que o pedido de parcelamento foi devidamente analisado pelas instâncias originárias e indeferido por estar diretamente relacionado à falta de comprovação pela agravante de que não possuía condições de arcar com o pagamento das custas. Sendo assim, a alteração desse entendimento também esbarra no óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que o recorrente possui condições de arcar com as custas do processo, não fazendo jus ao benefício da justiça gratuita. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

3. A incidência da referida súmula também obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte. 4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 980.401/CE, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 09/05/2017)

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - EMBARGOS À EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO EM RAZÃO DO ÓBICE DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. IRRESIGNAÇÃO DOS EMBARGANTES.**

1. A presunção de pobreza, para fins de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, ostenta caráter relativo, podendo o magistrado indeferir o pedido de assistência se encontrar elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente.

Encontra óbice na Súmula 7/STJ a pretensão de revisão das conclusões do acórdão na hipótese em que, apreciando o conjunto probatório, para fins de concessão da gratuidade de justiça para a pessoa jurídica e seu sócio, as instâncias ordinárias não se convencem da hipossuficiência das partes, cuja declaração goza de presunção relativa de veracidade nos termos da jurisprudência desta Corte Superior.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 854.626/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 30/08/2016)

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator